Cadernos do Lepaarq

RETALHOS HISTÓRICOS E DETALHES ARQUITETÔNICOS DA FAZENDA ÁGUA VERDE

Marcelo Alves Ribeiro
Nívia Paula Dias de Assis
Rômulo Macedo Barreto de Negreiros
Celito Kestering
Ana Stela de Negreiros Oliveira

Vol. XI | n°21 | 2014 | ISSN 2316 8412

RETALHOS HISTÓRICOS E DETALHES ARQUITETÔNICOS DA FAZENDA ÁGUA VERDE

Marcelo Alves Ribeiro[1]
Nívia Paula Dias de Assis[2]
Rômulo Macedo Barreto de Negreiros[3]
Celito Kestering[4]
Ana Stela de Negreiros Oliveira[5]

Resumo: Este trabalho visa contribuir para a reconstrução da história da região semiárida do Nordeste do Brasil a partir da Fazenda Água Verde, no município de Coronel José Dias - PI. Há fortes indícios de que a sede dessa fazenda é um exemplo da arquitetura vernácula do século XVII, quando se começou a pecuária extensiva no Sudeste do Estado do Piauí. Ela passou por ciclos alternados de ocupação e abandono, sob a posse de vários indivíduos. Com um quadro teórico e metodológico fundamentado nas informações orais e historiográficas, analisaram-se os dados arqueológicos relacionando-os com a paisagem. Propõe-se, assim, ainda em nível hipotético que a estrutura residencial da atual Fazenda Água Verde seja a mesma que foi edificada por colonizadores portugueses, no século XVII.

Palavras chaves: Arqueologia histórica, Fazenda de gado, Arquitetura vernacular.

Abstract: This work aims to contribute to the reconstruction of the history of the semiarid region of northeastern Brazil from the Agua Verde Farm, in municipality of Coronel José Dias - PI. There are strong indications that the seat of this farm is an example of the vernacular architecture of the seventeenth century, when it began to pastures in southeastern Piauí State. She went through alternating cycles of occupation and abandonment, under the ownership of several individuals. With a theoretical and methodological framework based on oral and historiographical information we analyzed archaeological data relating them to the landscape. We propose, therefore, still hypothetical level, that the current residential structure of Agua Verde Farm is the same that was built by Portuguese colonists in the seventeenth century.

Keywords: Historical archaeology, Cattle ranche, Vernacular architecture.

[1] Ex-Bolsista do Grupo PET – Arqueologia / UNIVASF; Bacharel em Arqueologia e Preservação Patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF, 2013). E-mail: marcelo.alvesr@hotmail.com

[2] Licenciada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI, 2004; Especialista em Educação, Cultura e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí (UESPI, 2008); Mestre em História e Espaços pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, 2012); Professora Assistente do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da UNIVASF. E-mail: nivia.assis@univasf.edu.br

[3] Bacharel em Arqueologia e Preservação Patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF, 2008); Mestre em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2012). E-mail: mdeemonthito@hotmail.com

[4] Licenciado em Filosofia, com habilitação em Psicologia e Sociologia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL, 1974); bacharel em Agronomia pela Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF, 1980); mestre em Pré-história (2001) e doutor em Arqueologia (2007) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Professor adjunto 3, no Colegiado do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF; tutor do Grupo PET-Arqueologia / UNIVASF. E-mail: celito.kestering@gmail.com

[5]Licenciada em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, 1983); Mestre (2001) e doutora (2007) em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Funcionária DAS do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). E-mail: anastelanegreiros@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Nos anos 1970, iniciaram-se os primeiros estudos arqueológicos na região Sudeste do Piauí. Eles resultaram de uma parceria entre os governos do Brasil e da França, conhecida como Missão Franco-Brasileira. O interesse pelo desenvolvimento de pesquisas na região decorreu da constatação de expressiva quantidade de registros rupestres, ferramentas líticas, artefatos cerâmicos, restos de fogueiras e enterramentos.

Além de sítios pré-históricos, também foram pesquisados alguns sítios históricos do início do século XX e de períodos mais recentes. Esses pertencem ao ciclo de exploração do látex de maniçoba cujas lembranças ainda pululam nas mentes dos anciãos da região. No entanto, são incipientes as pesquisas arqueológicas direcionadas às fazendas de gado.

Buscando estudar esse tipo de estabelecimento sob o ponto de vista arqueológico, elege-se como objeto de estudo a Fazenda Água Verde, implantada no período colonial. Além de ter sido detentora de um profícuo contexto econômico, ela possibilita a produção de conhecimentos referentes à história do Sudeste do Piauí (COSTA, 1974 [1909], *apud* LEITE, 1938). Ela tem sua origem em um contexto sobre o que a memória coletiva nada informa. É mencionada, apenas, em pequenos e dispersos fragmentos historiográficos de Alencastre (1857), Leite (1938), Costa (1974), Nunes (2001) e Oliveira (2007).

Localizada no município de Coronel José Dias - PI, a Fazenda Água Verde tem um contexto histórico que remete ao processo de colonização do Piauí. Abarca a implantação dos primeiros currais. Passa pelo período Jesuíta e chega à guerra de conquista contra os índios. Ao longo de sua existência, pertenceu a muitos proprietários dentre os quais se destaca o capitão Thomaz Gonçalves de Assis, vulgo Capitão Tomazinho.

Pretende-se com este trabalho identificar elementos que permitam propor que a antiga residência do Capitão Tomazinho foi a sede original da Fazenda Água Verde, referida nos fragmentos historiográficos. A sua configuração arquitetônica e a sua localização, privilegiada pela abundância de recursos e pela acessibilidade aos centros consumidores, reforçam a hipótese que se formula ao iniciar esta pesquisa.

Para auxiliar na obtenção dos dados, adotam-se procedimentos como: levantamento histórico (documental e cartográfico); análise das técnicas construtivas da antiga residência do Capitão Tomazinho; produção de plantas da aludida residência, com a localização de estruturas e artefatos arqueológicos do seu entorno próximo.

Estuda-se o contexto espacial da residência do Capitão Tomazinho em escalas macro, semi-micro e micro (CLARKE, 1977). No nível macro identifica-se a relação espacial entre a área em que está situado o referido sítio e alguns estabelecimentos coloniais rurais do vale do rio Piauí, com vistas a averiguar sua recorrência espacial ao longo dos séculos. No nível semi-micro, identificam-se locais com concentração de material arqueológico e estruturas no entorno da residência que se supõe ter sido a sede da fazenda Água

Verde, bem como as possíveis áreas de aquisição de matéria prima. No nível micro estuda-se a casa (ou sítio, propriamente dito), descrevendo a setorização de seus espaços, as técnicas e os materiais empregados na sua construção.

CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIAL E POLÍTICO DA FAZENDA ÁGUA VERDE

A segunda metade do século XVII marca o início da colonização do território que se configurou como Capitania do Piauí. Tal processo iniciou-se pelo projeto de afastamento do gado das zonas litorâneas produtoras de cana de açúcar. A interiorização da pecuária resultou em um constante estado de tensão e disputa entre a frente colonizadora e as nações indígenas, pela posse e defesa da terra (OLIVEIRA, 2007).

Concebida em primeira instância como uma estratégia de apropriação territorial, a implantação das fazendas para a criação de gado sob o regime escravocrata propiciou não apenas o desenvolvimento econômico, mas o surgimento dos primeiros núcleos urbanos no novo território colonial. Segundo Prado Júnior (1973, p. 66).

> Tais fatores proporcionaram a conversão da região em um corredor de integração 'confiável' entre os estados do Grão-Pará e Brasil, possibilitando, por exemplo, o deslocamento de pessoas e rebanhos de gado para o abastecimento da região das Minas Gerais no auge do período da mineração.

Prado Júnior (1973) menciona, também, que a criação do gado bovino no Piauí passou por um crescimento considerável nos séculos XVII e XVIII. Enviavam-se, então, boiadas para Bahia, Maranhão, Pará, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande. Para Nunes (1973), essa região, por circunstâncias especiais, chegou a reter o mais rico rebanho de todo o império colonial português na América. Para alcançar essa riqueza, foi necessário conquistar a região pela ação de sertanistas e missionários religiosos, com destaque para a Companhia de Jesus.

O assentamento das primeiras fazendas de gado no Sudeste do Piauí aconteceu pelas cabeceiras dos rios Gurgueia e Piauí. Expedicionários da Casa da Torre, como Domingos Afonso Mafrense, Francisco Dias de Ávila, Julião Afonso Serra e Bernardo Pereira Gago obtiveram grandes extensões de terras concedidas pelo governador pernambucano, D. Pedro de Almeida. Para compreender a dinâmica do processo de colonização do território que, em meados do século XVIII, tornou-se, a Capitania de São José do Piauí, Fonseca (2011 *apud* ASSIS, 2012), propôs que se compreendam, primeiramente, os termos sesmaria e fazenda.

SESMARIAS

Sesmaria corresponde a uma designação burocrática colonial que define o processo de divisão, organização e estabelecimento dos limites da área de terra de um indivíduo, genericamente conhecido como sesmeiro. Segundo Assis (2012), a sesmaria pode ser vista como uma frente pioneira de formação territorial porque a sua concessão resultava de uma expedição de reconhecimento que a antecedia.

> Sobre esse processo, diversas foram as condições envolvidas nas concessões de sesmarias, tais como a medição, a confirmação e o cultivo da terra; ser cristão o concessionário e submeter-se ao pagamento do dízimo; realizar solicitação de terra por petição, na qual deveriam constar os nomes do requerente e do lugar onde residia, a situação geográfica da terra, sua extensão e limites, bem como sua destinação (ASSIS, 2012, p. 30).

Assis (2012) lembra, ainda, que as primeiras doações de sesmarias na área que posteriormente viria ser a capitania de São José do Piauí foram concedidas em 1676. No começo do processo de doação destas terras, observava-se a extensão de 10 léguas em quadro cujo limite ou "frente" era sempre a margem de um rio (KNOX, 1986). A partir dos séculos XVIII e XIX, ocorreram modificações na sua morfologia e nas suas delimitações. Estas decaíram para três léguas de comprimento por uma de largura. Entre duas sesmarias conservava-se uma légua, sem quaisquer benfeitorias, para servidão pública. Knox (1986) menciona que uma sesmaria poderia conter várias fazendas, além de sítios de lavoura ou roças para o cultivo de produtos de primeira ordem. O maior número desses estabelecimentos, associados a outras benfeitorias e à dimensão dos rebanhos bovino e cavalar, denotava sucesso econômico e prestígio social.

FAZENDAS

Apesar da sazonalidade das chuvas, o processo colonial de criação de gado no sertão piauiense era vantajoso. Edificava-se um aparato extremamente simples que atendia às necessidades básicas na lida com os animais. Este consistia na estrutura da fazenda, cuja implantação era influenciada por outros dois elementos: os pastos e currais (ASSIS, 2012).

Os pastos correspondiam aos locais de forrajeio do gado que, proporcionado pela mobilidade da cria extensiva, acabava se estabelecendo em zonas de pastagem com condições mais brandas onde a oferta de alimento associava-se à de água. Concentravam-se, geralmente, em brejos, baixadas ou veredas. O pasto onde os rebanhos tinham um maior desenvolvimento concentrava-se nos campos de capim mimoso situados em toda a porção oriental do Piauí e partes do Ceará. (GARDNER, 1975).

> Nas fazendas de pasto agreste, 300 vacas produzem 130 bezerros, sendo que as que parem em um ano, descansam o ano seguinte; nas fazendas chamadas de mimoso, em que o pasto é bastante suculento, 300 vacas produzem 250 bezerros anualmente, isto é, sem interrupção. O que se diz acerca do gado vacum é extensivo ao cavalar. (D'ALENCASTRE, 1857, p. 113).

O pasto mimoso não se caracterizava por uma determinada espécie de capim, mas compreendia todo o bioma da caatinga. Para Gardner (1975, p. 117),

> [O pasto mimoso] distingue-se pela delicadeza da fibra, rigidez das folhas, presença de pelos, espinhos ou acúleos e suco leitoso, espesso e frequente. A grama dos pastos é pela grande parte anual, geralmente de um verde mais vivo e folhas mais flexíveis e tenras, que as dos campos agrestes. O gado criado no sertão mimoso engorda logo após as primeiras chuvas, e sua carne é muito mais apreciada que as que se alimentam nas rudes pastagens dos distritos agrestes.

Os locais com fartura de água e pastagens eram conhecidos como malhadas ou malhadores. Situavam-se em terrenos planos, próximo a baixadas e brejos onde havia árvores frondosas como juazeiros e oitis em cujas sombras a temperatura era mais branda. Às vezes localizavam-se em terrenos salobros, próximo a lagoas ou mesmo nas margens dos rios intermitentes. Em função da aglomeração de gado que se arrebanhava, estabelecia-se nela um curral, um roçado para subsistência e um casebre que, não poucas vezes, se transformava em sede de fazenda. (MOTT, 1985).

Segundo Knox (1985), o curral era o local de maior significância da fazenda. Nele o gado descansava enquanto ocorriam as deliberações mais importantes. Os senhores faziam suas notificações aos capatazes e pequenos ajudantes. Nele ocorria, também, a separação dos bezerros que seriam oferecidos como forma de pagamento aos serviços do vaqueiro. De acordo com Knox (1995, p. 155):

> Em cada fazenda deve haver pelo menos três currais, que tomam diversos nomes conforme o serviço que prestam. Chamam curral de vaquejada àquele em que se recebe gado que tem de ser vendido, onde se tira o leite, onde se faz o rol de porteiras; curral de apartar em que se recebe todo o gado indistintamente para depois ser distribuído pelas diferentes acomodações; curral de benefício onde se recolhe os garrotes para serem ferrados e para se fazerem as partilhas dos vaqueiros.

Nos currais realizavam-se, ainda, as marcações a ferro quente nas ancas dos animais; eram aparadas as pontas das crinas e dos rabos; serravam-se os chifres muito pontiagudos que podiam

engalfinhar o gado nos matos e faziam-se castrações. Estas últimas eram importantes para a engorda dos novilhos e posterior comercialização. (PORTO, 1974). Os currais tinham uma conotação de núcleo das atividades essenciais de uma fazenda de gado. Para Assis (2009), o valor dos currais dependia do tamanho, do cuidado na confecção, além da madeira empregada. Nessas condições, eles eram considerados mais valiosos do que as próprias moradias. Sua extensão era diversificada, sendo determinada por algumas variáveis.

> O tamanho do curral era uma condição determinada pelo tamanho do rebanho e pela produção de bezerros no espaço de um ano, podendo se estender por um quilômetro quadrado ou mais. São constituídos por cercas em madeira de lei, como aroeira caracu, angelim cedro candeia, caroba, jatobá. E outros do período colonial apresentavam grandes extensões de muros de pedras. (NUNES, 2001, p. 67).

Cronistas e viajantes do início do século XIX, como Spix e Martius ([1981], 1818), Gardner (1975), Koster (2002) enfatizavam que o tamanho e a imponência desses cercados, revelavam a importância e o valor econômico da propriedade. Era comum se deparar com propriedades que possuíam mais de duas mil cabeças de gado, com residência simples e tosca, contratando, com currais bem feitos e organizados.

Quanto à implantação das casas de fazendas, Silva Filho (2007) destaca a sua articulação com o território. Afirma que é perceptível a preferência pela construção em outeiros que se destacam na paisagem, como também se observam construções encravadas em brejos e nas margens de rios.

Relativo à configuração construtiva das fazendas de gado, funcionalidade, simplicidade e rusticidade são os adjetivos adequados para descrever a maioria desses estabelecimentos rurais no Sudeste do Piauí colonial (ANÔNIMO, 1814). Eram compostas, comumente, por uma casa para acomodar o dono ou seu representante, erguida com adobe ou taipa. Silva Filho (2007, p. 78) observa que havia:

> [...] a disposição de um grande terreiro no entorno, para identificar qualquer movimento estranho nas proximidades da casa. Muitos desses terreiros se conservam cercados para resguardar dos animais. Terreiros que no passado, por vezes, transformara-se em adros de igrejas e praças de arraiais.

As moradas dos vaqueiros e agregados eram bem mais simples. Constituíam-se, geralmente, de uma choça, coberta de elementos perecíveis como palha ou casca de madeira (NEIVA e PENA, 1999) e distribuíam-se a uma distância considerável da residência principal. Esse artifício é visto por Knox (1995) como uma maneira de assegurar a privacidade da sede da fazenda. Como regra geral, uma fazenda que

possuísse muitas casas de trabalhadores ou escravos era vista como próspera. Tinha status de bem desenvolvida e era considerada referência em uma região.

CONTEXTO HISTÓRICO

No ano de 1711 faleceu Domingos Afonso Mafrense, também conhecido como Afonso Sertão, um dos principais sesmeiros da Capitania do Piauí. Em testamento, Domingos Afonso concedeu a posse de várias das suas fazendas à Companhia de Jesus, representada, então, pelo reitor do Colégio da Bahia. Não tardou muito para que a Companhia de Jesus ampliasse o seu patrimônio. Essa ordem tinha o objetivo de difundir as práticas missionárias amalgamadas ao pastoreio e à conversão ideológica dos povos nativos, com o escopo maior de ampliar os domínios da Igreja, e engrandecer a reputação do Colégio da Bahia que detinha a responsabilidade administrativa sobre as fazendas. Segundo Leite (1938, p. 553):

> Por esses tempos, as propriedades passam a ser conhecidas como “Fazendas da Capela”, as quais, no ano de 1739, já possuiriam a extensão de 100 léguas e em 1757, poucos anos antes da expropriação dos jesuítas pelo governo português, possuíam um rebanho de 32.000 cabeças de gado vacum.

O registro mais antigo de que se tem conhecimento remete a Fazenda Água Verde à primeira metade do século XVIII, quando ela atrelava-se ao conjunto dos bens da Companhia de Jesus por uma doação de Martinho Soares. No período em que esteve sob a posse dos Jesuítas, ela rendeu muitos benefícios financeiros. De acordo com D’Alencastre (1857) consta no inventário dos bens da Companhia de Jesus, que o seu capital bruto era de 3:425$820, sendo 2:500$000 referentes à produção de gado vacum, 2:500$000 oriundos do gado cavalar e 83$334 a parte da produção pertencente aos vaqueiros (quarta parte). Ela foi citada pelo mesmo autor, como a quarta fazenda mais rentável da Ordem Jesuíta no sertão do Piauí. Dela, juntamente com as de Castelo e de Campo Grande, obtinha-se a fonte de renda para custear as despesas de jovens Jesuítas do noviciado do Colégio da Bahia, em Salvador (LEITE, 1938). É provável que seu sucesso econômico decorresse da localização geográfica, dos recursos hídricos disponíveis e da natureza do pasto. O florescimento Jesuíta permaneceu em constante ascensão até 1759, quando o Marquês de Pombal determinou a expulsão da Companhia de Jesus do império português, juntamente com o sequestro de todos os seus bens.

Com o confisco dos bens dos jesuítas na Capitania do Piauí, algumas das fazendas que lhes pertenciam passaram para a administração da Coroa portuguesa com o gerenciamento da Inspeção Canindé que se localizava ao longo do rio Canindé; da Inspeção Nazaré, ao longo dos rios Parnaíba e da Inspeção do Piauí, ao longo do rio homônimo. As inspeções possuíam sedes próprias, também conhecidas como

"residências", e eram administradas por pessoas contratadas pelo tesouro real (LEITE, 1938). Outras foram doadas a particulares, principalmente funcionários apadrinhados do Estado e da administração colonial, ou como forma de reconhecimento à prestação de serviços dos oficiais do exército, que tinham se aposentado no ofício militar, em estado de miséria. Costa (1974) menciona que a Fazenda Água Verde foi doada ao capitão Francisco da Cunha e Silva Castelo Branco. A partir da segunda metade do século XVIII, essa fazenda foi submetida a vários ciclos de abandono e reocupação, motivados, sobretudo, pelos constantes ataques dos índios Pimenteiras aos moradores e ao gado.

Em 1779, durante a entrada que visava contatar os índios Pimenteiras, a tropa do tenente-coronel João do Rego Castelo Branco arranchou-se na Fazenda Água Verde. Nela trocou seis bois magros do seu rebanho por seis vacas gordas da fazenda. Ao fim da expedição, em regresso a Oeiras, a tropa passou pela mesma fazenda. (OLIVEIRA, 2007).

Em 1798, para proteger as fazendas na ribeira do Piauí dos constantes ataques dos índios, a Junta Governativa da Capitania determinou que algumas fazendas, incluindo a Água Verde, fossem guarnecidas por um grupo de, no mínimo, quatro soldados bem armados e municiados que deveria ser substituído por outro a cada vinte ou trinta dias. Essa estratégia ficou conhecida como "escoltas volantes". No início do século XIX, a Água Verde foi uma das fazendas abandonadas em decorrência dos ataques dos índios. Em 1807, ela foi utilizada como sede para as tropas do capitão de infantaria maior do exército, José Dias Soares que, desde o final do século XVIII, era responsável pelo seu comando, no quarto e decisivo período da guerra de conquista do Sudeste do Piauí (OLIVEIRA, 2007).

Em 1809**,** José Dias Soares realizou outra expedição composta de três divisões de cento e cinquenta soldados, estabelecendo base e presídio na Fazenda Água Verde. Seu objetivo era combater os índios que continuavam atacando as fazendas das ribeiras do Piauí, destruindo o gado, ateando fogo às casas e matando seus moradores. Dentre as fazendas atacadas e incendiadas nesta região, constam os sítios Aldeia e Cavaleiro. (OLIVEIRA, 2007). Após o período que sucedeu a guerra em 1815, a fazenda Água Verde passou pelas mãos de vários proprietários.

CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO

Nas fases iniciais do período republicano, a situação sociopolítica nordestina sustentava-se na atuação e no poder dos coronéis e chefes políticos regionais. Segundo Castro (2010 *apud* SANTANA, 2010, p. 44),

> O coronelismo correspondia a uma rede de interesses, que garantia para uma pequena oligarquia o controle do estado, das cidades e localidades inseridas na área de atuação. Esse arranjo político tornou possível a permanência no poder de uma reduzida

> elite agrária durante várias décadas seguidas. As raízes do coronelismo provêm da tradição patriarcal brasileira e do arcaísmo da estrutura agropecuária no interior remoto do país. Detentores do poder político e econômico, oriundos do monopólio da terra e do controle das armas, os coronéis estavam espalhados por todo o sertão nordestino. Entre eles ocorriam intensas disputas pelo poder, quase sempre permeados pela violência.

Nesse contexto político atuou o capitão Thomaz Gonçalves de Assis, vulgo Capitão Tomazinho. O capitão Thomaz não era militar. Por conta de arranjos e conchavos políticos, adquiriu essa patente, com a qual exercia fortes influências políticas e financeiras regionais. Além de elevar seu status, dava-lhe poder de vida ou morte e a consequente capacidade de influenciar e, de certa maneira, determinar resultados eleitorais (HOLANDA, 1973). Segundo Joana Dias de Assis (2011), "o Capitão Tomazinho exerceu forte influência na política regional. Tinha voz altiva, forte o suficiente para eleger o político que lhe apetecesse".

O Capitão Tomazinho tomou posse da fazenda no final do século XIX. Segundo informações orais de contemporâneos, ele chegou a possuir um rebanho de mil cabeças de gado. Ocupava, assim, uma posição de prestígio entre os demais criadores. Por conta desse destaque econômico e político**,** edificou-se uma praça em sua homenagem**,** o Largo Capitão Tomazinho, no centro da cidade, próximo à igreja Matriz de São Raimundo Nonato.

A FAZENDA ÁGUA VERDE E A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

Atualmente existe uma edificação antiga e abandonada na Fazenda Água Verde que pertence aos netos do Capitão Tomazinho. Por informações obtidas na cartografia histórica da região, observa-se que há coincidência na localização desta com a da antiga fazenda colonial. Segundo relatos orais, a edificação atual foi residência do Capitão Tomazinho.

Através de análises múltiplas e abrangentes, a Arqueologia Histórica busca compreender os aspectos e as implicações que envolveram a construção do mundo moderno, principalmente a partir do momento em que estes fatores passaram a apresentar características globalizantes. O marco desse fenômeno socioeconômico é a expansão do mercantilismo europeu, pelas grandes navegações iniciadas no final do século XV e o capitalismo, com sua influência nas sociedades contemporâneas (ORSER, 2000).

A Arqueologia Histórica baseia-se essencialmente no fenômeno da globalização e nos seus resultados socioeconômicos e culturais, sobretudo os efeitos materiais que se atrelam à configuração do mundo contemporâneo. Deetz (1977) descreve-a como a disciplina que estuda o resultado da expansão da cultura europeia sobre o mundo não europeu. Da mesma forma, Gaspar (2003) considera a Arqueologia Histórica como um campo do saber que dá conta da introdução e do desenvolvimento de novas práticas

políticas, sociais e econômicas que caracterizavam países europeus em seu processo de ocupação das terras indígenas na América do Sul.

Os estudos de Arqueologia Histórica vão além de simples análises da cultura material posterior à época da expansão europeia e introdução de seu modelo colonizador. Eles abrangem períodos que se aproximam ou mesmo penetram a contemporaneidade, sendo passíveis de direcionamentos, abordagens e problemáticas de múltiplos contextos. A Arqueologia Histórica serve-se de fontes diversas, como estruturas, artefatos, fontes orais, documentos escritos, elementos pictóricos, iconografia e mapas.

Para Orser (1992), estrutura é qualquer evidência da presença humana que não pode ser removida do sítio, mas fornece informações abundantes sobre as atividades e relações estabelecidas no contexto social que a originou. Segundo Oliveira (2009), ela deve ser considerada como superartefato porque está inserida em um dado tempo e espaço. Ela é produto e produtora de relações sociais porque resulta do lado inventivo humano e reflete o modo de vida dos indivíduos que ali se estabeleceram.

> Através do estudo das estruturas arqueológicas históricas, das técnicas e materiais empregados na construção destas, em conjunto com outros elementos, associados ao contexto temporal e espacial, muitos resultados podem ser obtidos, tais como: a função da edificação; se ocorreram ou não reformas, o período em que foi construída. (SYMANSKI, 2007, p. 64).

No sítio arqueológico Fazenda Água Verde conservam-se valiosas informações que a remetem aos estabelecimentos rurais do período de colonização do Piauí. Enquadra-se na arquitetura vernácula porque congrega elementos próprios, com particularidades regionais e técnicas construtivas nas quais os indivíduos se valem do próprio entorno para obtenção de matéria-prima. Para Oliveira (2001 e 2004), a inserção de uma habitação em determinado ambiente ocorre principalmente pela oferta de materiais empregados na sua construção. As formas da arquitetura vernácula são concebidas para atender a necessidades econômicas e acomodar valores. Elas são o reflexo direto do modo de vida da sociedade que a produziu.

> Essa expressão [arquitetônica], nos chama a atenção para as mais variadas formas de entendimento e representação espacial do ambiente em que se vive. A adaptabilidade e a capacidade de aprender e apreender o ambiente torna a "Arquitetura não-profissional" muito interessante e digna dos mais variados estudos. (LIMA JÚNIOR, 2007, p. 5).

Em termos gerais, tal modelo de construção representa uma oposição à arquitetura formal ou profissional, por não demandar rigor de conhecimentos teóricos e metodológicos tradicionalmente adquiridos no âmbito acadêmico. Para Lima Júnior (2007, p. 5), "essa arquitetura espontânea é fruto de uma

vivência muito íntima com o meio ambiente, reflete traços culturais que ascendem ao sangue indígena ou negro, transpondo assim, barreiras temporais e geográficas". A estrutura da sede antiga da Fazenda Água Verde integra-se ao contexto das edificações com argila e barro.

A FAZENDA ÁGUA VERDE NO CONTEXTO DAS EDIFICAÇÕES COM ARGILA E BARRO

O costume de erguer edificações com argila ou barro não submetido à queima (arquitetura de terra), existe a cerca de dez mil anos, quando a humanidade criou o hábito de construir cidades. Essa prática desenvolveu-se, principalmente, em regiões do Oriente como a Mesopotâmia. Costa (1941), Saia (1995) e Vitrúvio (2002) propõem que os famosos jardins da Babilônia foram edificados em "arquitetura de terra". No Egito antigo ergueram-se pirâmides de terra, cujas ruínas alcançaram nossos dias. Na China, uma porção da grande muralha foi construída com barro amassado e adobe.

De acordo com Ribeiro (1998), essa prática não se restringiu às grandes civilizações do Oriente Antigo. Em Portugal, o emprego de terra nas várias modalidades construtivas foi incrementado pelos romanos, porém a continuidade de seu uso ocorreu, provavelmente, pelos mouros. No Brasil, apesar de ser um dos sistemas construtivos mais antigos, ela persiste nos dias atuais.

Casas de pau a pique ou taipa

De acordo com Silva Filho (2007), no interior do Nordeste, onde há reduzida precipitação pluviométrica, o uso da arquitetura de terra na construção das residências coloniais foi muito recorrente. Apresenta nomenclaturas como pau-a-pique ou taipa de sabre (de mão, de varas, de sopapo, de pilão, etc.). No Piauí, este tipo de estrutura é conhecido simplesmente como taipa. A taipa de mão consiste na armação de uma trama de estacas, perpendicular aos baldrames e flechais.

Baldrame é o embasamento de pedra corrida ao longo das paredes de uma edificação ou à linha de madeira assente no alicerce. Ele serve de apoio às varas de alvenaria pau-a-pique e de travamento dos esteios (SILVA FILHO, 2007).

Frechal é uma viga justaposta acima das paredes. Ele serve de apoio aos caibros e tirantes dos telhados (SILVA FILHO, 2007). Nos espaços entre o baldrame e o frechal monta-se a trama que é composta por hastes de espessuras variadas. As madeiras dispostas em posição vertical são denominadas "piques". Elas são fixadas nas aberturas feitas nas pedras do baldrame. As horizontais são chamadas de caibros ou ripas. São afixadas umas às outras por meio de uma amarração com variados tipos de cipós ou fibras vegetais.

A partir da armação em madeiras, faz-se sobre ela o arremesso de uma pasta de barro. Com as mãos molda-se e compacta-se a parede, pelo lado interno e externo. O barro deve ser de qualidade. No seu preparo adiciona-se, para isso, uma porção de argila e areia. Ela garante a aglutinação e reduz o esfarelamento. Para Ribeiro (1998), ainda poderiam ser adicionados outros elementos ao composto, como cacos de cerâmica, folhas e cascas secas de árvores (FIGURA 01). No período colonial, existia uma tradição de besuntar sangue de boi nesta mistura, por se tratar de um elemento com elevado fator aglutinante. (ALEXANDRIA & LOPES, 2009).



Figura 01: Parede de uma casa de taipa (Foto: Rômulo Macedo, 2013)

Casas de adobe

Outro material construtivo comum na região Nordeste é o adobe. O termo adobe origina-se da expressão árabe *attobi* que significa tijolo de terra crua. Trata-se de um paralelepípedo de barro cru, de produção é artesanal, com a mistura de argila e cascalhos (RIBEIRO, 1998). Para a sua confecção, escolhe-se um local com argila cuja composição mineral seja majoritariamente de óxido de ferro. Em seguida escava-se, esmaga-se e adiciona-se uma quantidade de água, que lhe assegure propriedades plásticas para serem moldadas até o "ponto de cura". Podem-se adicionar outros elementos como areias, componentes orgânicos variados, como fibras vegetais, esterco de gado, pelos ou crinas de jumentos e cavalos, além de peles secas de sapo cururu e carapaça de tatu. O material é, então, exposto ao sol durante um dia e ao sereno durante

uma noite. No dia seguinte a pasta argilosa recebe outra quantidade de água e é pisoteada até atingir o "ponto de forma". Em seguida é moldada no formato de paralelepípedo em formas ou grades de madeira, que podem ser de variados tamanhos. Por fim, põem-se para secar ao sol, para garantir uma maior consistência e durabilidade.

Sobre a estrutura do baldrame são assentadas as primeiras fiadas de adobe, em duplas e com alternância. Pela disposição dos blocos, as fiadas eram denominadas **a tição**, que corresponde à colocação dos adobes na vertical, ou **a vela**, na horizontal (ALEXANDRIA e LOPES, 2009). A utilização desse artifício técnico gerava paredes robustas e bem amarradas. Garantia-se, assim, maior segurança e longevidade dessas construções coloniais (FIGURA 02).

Na base de casas rurais (de taipa ou de adobe), utilizava-se um baldrame com pedras encaixadas e sobrepostas (NEGREIROS, 2012) e uma pequena quantidade de argila entre elas. Para isso, coletavam-se rochas xistosas de aspecto folheado, nas imediações. O emprego desse tipo de mineral justificava-se por ser maleável. Dele se podiam retirar lâminas de tamanho e forma desejados, por meio de uma ferramenta de talhar. Desse modo, garantia-se a estabilidade e uniformidade na espessura do baldrame, com bom nivelamento da estrutura.

Os pisos das residências mais humildes (de taipa ou de adobe) eram de terra batida. Nas casas mais abastadas, usavam-se ladrilhos de adobe atijolado (SILVA FILHO, 2007). As coberturas eram de materiais diversificados como cascas secas de árvores ou folhas de carnaúba (*Copernicia cerifera*). Predominava a utilização de telhas de barro de produção local ou regional. Essas se diferenciavam no tamanho, na espessura, no tratamento de superfície e na queima (LIMA JÚNIOR, 2007).

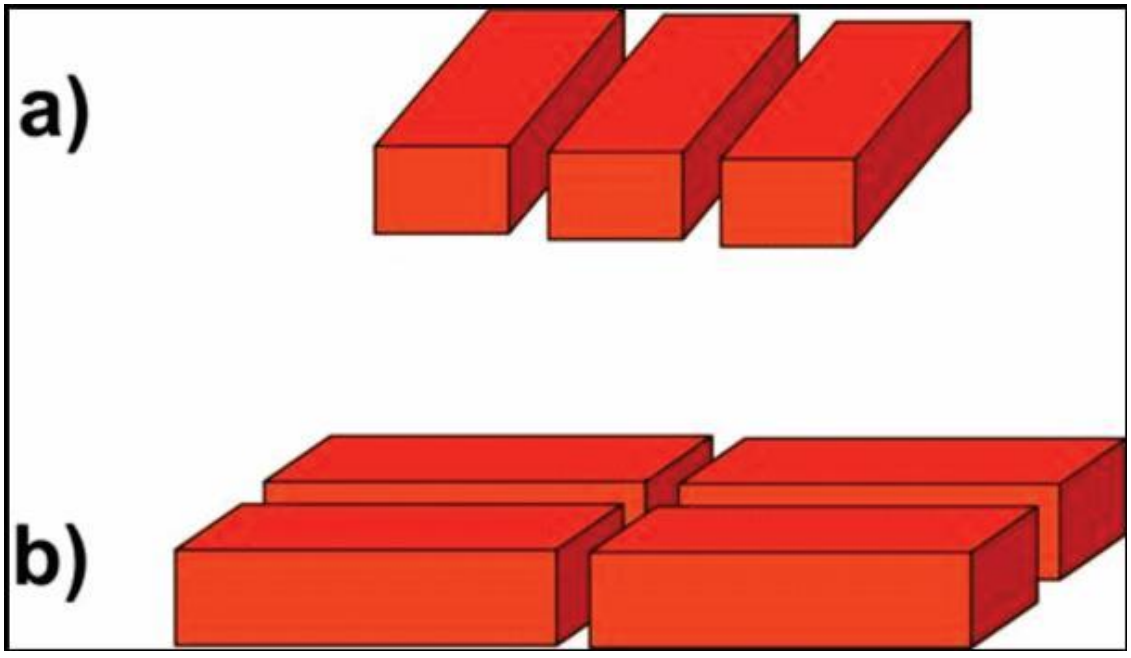


Figura 02: Blocos de adobe: a) a tição; b) a vela (Fonte: ALEXANDRIA e LOPES, 2009)

A EDIFICAÇÃO COMO O RESULTADO DO DOMÍNIO SOBRE O ESPAÇO

A setorização dessas edificações fornece informações relacionadas tanto ao funcionamento quanto à hierarquia e aos modelos de circulação interna. É, também, um indicativo de hábitos comportamentais do grupo familiar. Não se desconsidera, porém, que nessas residências, os cômodos podiam ter empregos diversificados. Segundo Rapport (1972 *apud* OLIVEIRA, 2004), as variáveis sociais e culturais que mais alteram a forma das edificações vernáculas são as necessidades básicas, a família, a situação das mulheres, a privacidade e a comunicação social. Fatores da estrutura familiar como a comunicação social, privacidade, podem produzir diferentes configurações espaciais na habitação e no ambiente. Considera-se o modelo arquitetônico vernáculo como uma estratégia humana inconsciente de exercer domínio sobre o espaço.

> A partir do momento que o homem apropria-se e emprega em seu favor, alguns dos principais elementos materiais compositores do meio físico, ele deixa de ocupar um papel de ‘ passividade’ perante o meio. Insere-se em uma categoria de ser atuante, modificador, que molda de acordo com suas necessidades o local onde habita, ou que pretende habitar, produzindo assim um novo cenário, composto de espaços próprios para sua atuação. (SANTOS, 1988, p. 12).

Segundo Zarankin (2002), os humanos percebem o mundo na fixação de espaços, que se transformam em lugares. O espaço passa a ser domesticado em sua totalidade quando é transformado em lugar. A efetivação do domínio ocorre somente a partir de uma tomada de consciência sobre o espaço, com sua ocupação e utilização. No entanto, para que esta concepção ocorra é necessária uma nomeação do espaço, além de intervenções e alterações reconhecidas pela inserção de elementos arquitetônicos. Uma configuração instantânea de posições, em que cada elemento recebe sua locação própria, é um indicativo de estabilidade. Nessa concepção, espaço é um lugar praticado. Nele inserem-se elementos móveis nos vetores de direção, velocidades e variáveis temporais. Desse modo, ao tempo em que percebem, delimitam e reconfiguram o meio físico, os humanos passam a viver em uma realidade espacial culturalmente concebida.

Para situar a presente pesquisa no espaço, considera-se a Fazenda Água Verde como fruto de uma construção social e cultural. Buscam-se as variáveis que condicionaram seu estabelecimento enquanto **lugar**. Propõe-se, para isso, um diálogo com os pressupostos da Arqueologia Espacial que se direciona à análise da organização, dimensão e distribuição dos sítios arqueológicos em um dado território. Busca indícios relacionados às variáveis que influenciam nas escolhas humanas por ambientes específicos. (CLARKE, 1977). Os fatores em questão podem ser culturais, ideológicos, sociais e econômicos.

Os primeiros estudos em Arqueologia Espacial tiveram início nas décadas de 1970 e 1980. A análise espacial tem como escopo buscar a compreensão das relações sociais entre os elementos

compositores da estrutura espacial. Ela considera as variantes externas ao homem, presentes no território, como condicionantes da configuração do espaço, enquanto produto específico humano.

CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

O sítio arqueológico Fazenda Água Verde localiza-se em um lugarejo homônimo situado no vale do rio Piauí que, no período colonial fazia parte do desconhecido e inóspito sertão dos Pimenteiras (FIGURA 03). Enquanto o litoral era visto como o centro embrionário e irradiador da civilização, o sertão era considerado o mundo de grotões incultos e de espaços bravios a serem dominados (APOLINARIO, 2006, p. 46).



Figura 03 Mapa de acesso à Fazenda Água Verde (Fonte: Adaptado do Google Earth, 2013)

A estrutura do sítio arqueológico foi edificada na borda de um terraço de inundação da margem direita do rio Piauí, distante 48 km da sede do município de Coronel José Dias. Situa-se à montante do riacho São Gonçalo e à jusante do riacho da Lagoinha, nas coordenadas UTM23L 802497 e UTMN 9024988 (DATUM WGS84), a 385 m de altitude (NEGREIROS, 2010). Pela análise comparativa de imagens de satélites com mapas do período colonial, constata-se coincidência entre a sede da atual Fazenda Água Verde com topônimos da historiografia. Afere-se a mesma coincidência com as fazendas Almas e Caiçara, situadas à sua montante e Tabuleiro Alto, à sua jusante. (FIGURA 04).

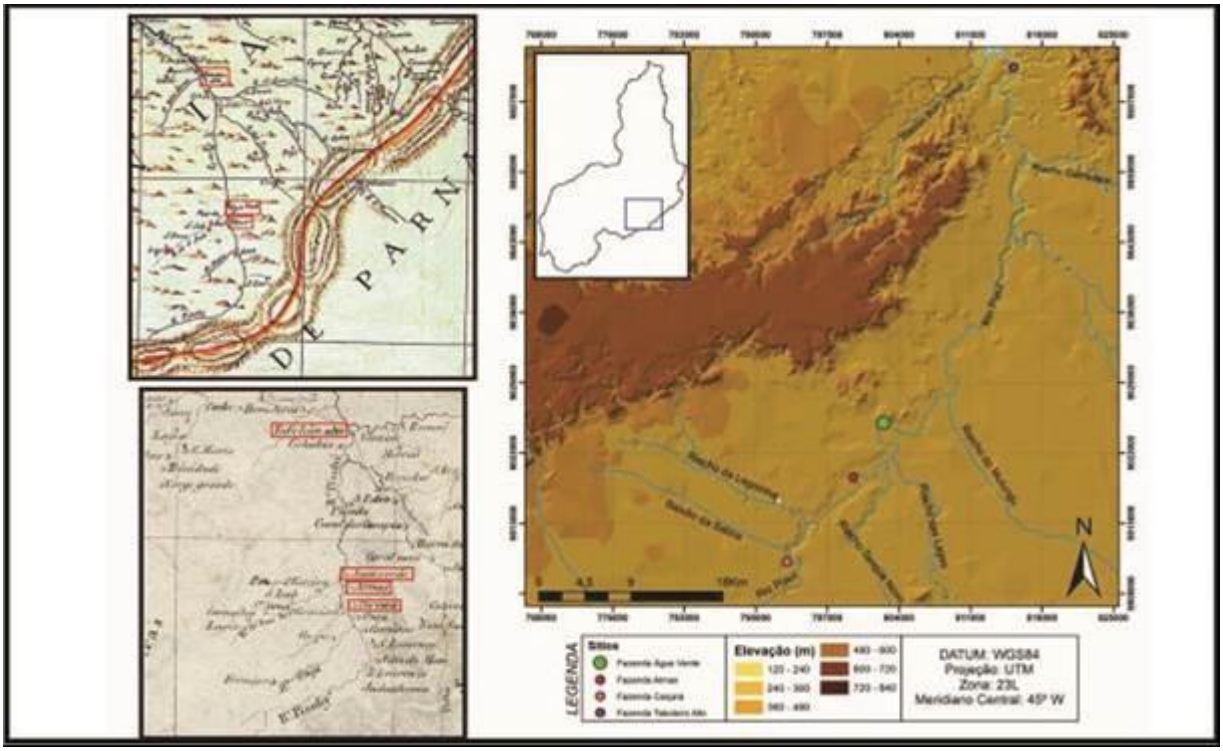


Figura 04: Relação espacial recorrente das fazendas Água Verde, Almas, Caiçara e Tabuleiro Alto (Fonte: GALUCIO, 1760; SCHWARZMANN, 1828)

Na área da Fazenda Água Verde, identificaram-se artefatos arqueológicos históricos, concentração de artefatos líticos, jazidas minerais de construção e uma edificação. Localizaram-se duas concentrações de materiais. Uma delas, superior a 744 m^2 localiza-se a 40 m da residência, no sentido oeste. Nela o sedimento é escuro e compactado. Em sua superfície há fragmentos de louças com decoração policrômica, cerâmica, vidro colorido e transparente, bem como artefatos de metal, lascas e núcleos em sílex, fragmentos ósseos e restos de carapaças de tatu bola. Conforme informações orais de Aristides de Oliveira (2011), até meados da década de 1970, havia um curral com grandes mourões de aroeira no local.

Outra área com vestígios arqueológicos localiza-se a, aproximadamente, quatro metros da residência, no sentido nordeste. Essa tem abrangência de 25 m². Nela há fragmentos de cerâmica, louça, vidro, porcelana, material ferroso e ladrilhos do tipo atijolado.

Na margem direita do rio, a cerca de 400 metros no sentido sudoeste da residência há um cemitério no qual, segundo Aristides de Oliveira (2011) enterraram-se muitos índios e caboclos. O cemitério mede 40 m de comprimento por 16 m de largura. É delimitado por uma meia–parede de adobe com, aproximadamente, um metro de altura. Nele há muitas sepulturas simples, circundadas por matacões, algumas anunciadas por pequenas e singelas cruzes de umburana. O mais antigo sepultamento com referência cronológica ocorreu em 1947 e o mais recente, em 2005.

Próximo à porta do cemitério, há um amontoado de cal. Trata-se de resquícios do período em que era costume depositar esse derivado do calcário na cova, sobre o caixão ou a rede do defunto, para evitar a

proliferação de miasmas e doenças. Nessa atmosfera de simplicidade destacam-se quatro túmulos de adobe com torres altas, relicários e azulejos com motivos religiosos. Esses pertencem a indivíduos da família Assis. No mais pomposo deles, onde jaz o corpo do Capitão Tomazinho, há uma imagem de São Francisco de Assis (FIGURA 05).

Na margem esquerda do rio Piauí (UTM23L 801821 e UTMN 9025059, DATUM WGS84) há concentração de ferramentas retocadas, lascas e núcleos em sílex, quartzo, quartzito e arenito silicificado, bem como fragmentos cerâmicos.



Figura 05: Cemitério (Foto: RIBEIRO, Marcelo Alves, 2013)

Constatou-se que o entorno da sede da Fazenda Água Verde há muitos recursos naturais imprescindíveis para a sobrevivência humana. Destaca-se o rio Piauí que, apesar de intermitente, garante o suprimento hídrico mesmo nos períodos de seca. Nele há muitas lagoas e cacimbas de areia em cujas proximidades se recomendavam as instalações de fazendas no período colonial porque elas garantiam a sobrevivência de humanos e animais que habitavam ou transitavam pela região (COUTO, 1697 *apud* ENNES, 1938); MOTT (1985). Nas proximidades da sede da fazenda identificaram-se três cacimbas: uma delas situa-se a 80 m no sentido norte; a outra, a 250 m no sentido oeste; e a terceira a 750 metros.

As rochas utilizadas na construção do baldrame da casa foram retiradas de jazidas localizadas no sopé dos morros do entorno da antiga sede da fazenda. A carnaúba do madeiramento do telhado foi

extraída nas imediações, onde essa espécie de palmeira grassa em abundância. É provável que a jazida de onde se extraia o barro para a confecção de adobes localizava-se próximo ao cemitério.

No povoado de Poço do Angico, a 4 km no sentido noroeste da casa, observou-se um afloramento de rochas calcárias. É provável que a cal empregada na construção, além da que foi usada para inumar os mortos no cemitério, tenha sido produzida a partir dessa jazida.

Na escala micro, fez-se o estudo dos setores da sede da fazenda. Analisaram-se, também, as técnicas e os materiais empregados na sua construção. Viu-se que se trata de uma edificação de pavimento único, com piso de terra batida, com 12 m de frente por 15 m nas laterais, 4,7 m de altura na cumeeira e 2,9 m, no oitão. Nela há nove cômodos. As paredes externas são de adobe, com largura média de 0,3 m a 0,5 m, erguidas a tição e a vela. As paredes internas são de taipa. O revestimento da frente é de cal e argila. Na parede frontal preserva-se um beiral em ladrilho atijolado. O baldrame é constituído de pedras xistosas encaixadas com argamassa de barro. Há oito portas: seis de folha corrida (sem nenhuma divisão em seu corpo) e duas de cancela (com divisões em seu corpo) (SILVA FILHO, 2007). Contabilizam-se, ainda, seis janelas em madeira de jatobá (FIGURAS 06 a 09).



Figura 06: Vistas da casa (Fotos: RIBEIRO, Marcelo Alves e MACÊDO, Rômulo, 2013)



Figura 07: Parede externa de adobe a tição e a vela (Foto: RIBEIRO, Marcelo Alves, 2013)



Figura 08: Parede interna de taipa (Foto: RIBEIRO, Marcelo Alves e MACÊDO, Rômulo, 2013)



Figura 09: Baldrame (Foto: RIBEIRO, Marcelo Alves, 2013)

Ao longo de todas as paredes da parte interna da casa estão fixados cinquenta e cinco suportes que podem ter sido usados como armadores de rede, base para dependurar indumentárias de vaqueiro, espingardas, arreios de couro e cordas. São artefatos de chifre de gado e madeira, fixos a uma equidistância aproximada de sessenta centímetros (FIGURAS 10 e 11).



Figura 10: Tornos de chifre de gado nas paredes (Foto: RIBEIRO, Marcelo Alves e MACÊDO, Rômulo)

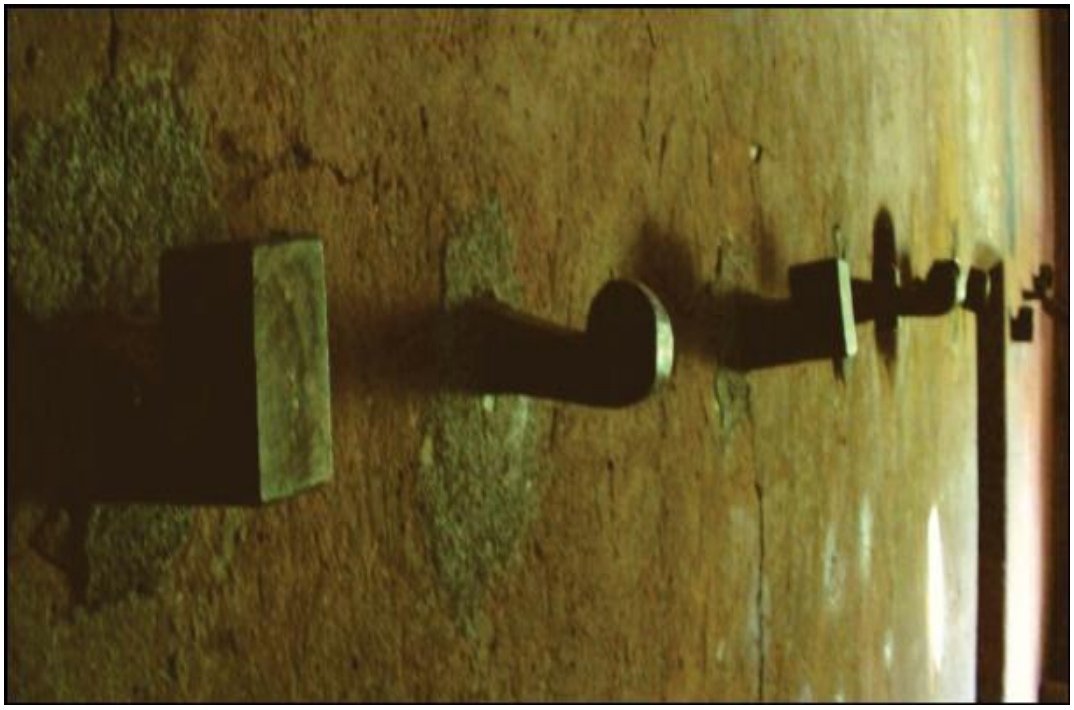


Figura 11: Tornos de madeira (Foto: RIBEIRO, Marcelo Alves, 2013)

O telhado, coberto com telhas de barro, tem duas águas. As linhas do entesouramento são de carnaúba. Elas foram levemente aplainadas nas extremidades para comportar envasamento para o encaixe de uma na outra. Dada a sua simplicidade e eficiência, essa técnica era bastante difundida no emadeiramento das casas do período colonial (SILVA FILHO, 2007). Grossos cravos fixam os locais de intersecção da madeira, juntamente com fibras de caroá *com as quais se complementou a amarração* das linhas (FIGURA 12).



Figura 12: Emadeiramento de carnaúba e fuligem no alto da parede (Foto: RIBEIRO, Marcelo Alves, 2013)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito embora não se disponha de elementos que permitam propor, em caráter conclusivo, que a casa onde o Capitão Tomazinho residiu seja a mesma das referências coloniais, evidências como as datas impressas nas paredes e as técnicas de construção sugerem grande antiguidade. Pode-se propor que a residência que deu origem ao povoado Água Verde tenha sido a sede fazenda setecentista edificada pelos colonizadores, no século XVII. A estrutura habitacional, as técnicas construtivas (taipa e adobe) e os artefatos arqueológicos dão consistência a essa proposição.

A grande quantidade de armadores de rede mostra que a edificação era capaz de abrigar muita gente. É provável que a tropa de 130 homens comandada por João do Rego Castelo Branco, em 1779, e as três divisões de 150 homens comandadas por José Dias Soares, em 1809, abrigaram-se na residência que, posteriormente, pertenceu ao Capitão Tomazinho. Há relatos documentais de que José Dias Soares dirigiu-se a área correspondente à dita fazenda para instituir uma base e um presídio como suportes para o combate aos indígenas.

Outro indício que converge para essa possibilidade relaciona-se à estratégia indígena de atear fogo nas estruturas das fazendas. Isso ocorreu nas fazendas Sítio da Aldeia, Conceição e Cavaleiro (OLIVEIRA, 2007). É muito provável que tenha ocorrido o mesmo na sede da Fazenda Água Verde onde se conserva abundante fuligem no alto de suas paredes internas. É provável que a cobertura da casa original fosse de material comburente, como palha de carnaúba ou cascas de árvores o que era comum em residências daquele período. (ANÔNIMO, 1814).

Os artefatos arqueológicos do entorno onde também há restos construtivos, podem ser antigas estruturas da fazenda, tais como currais, casas de vaqueiros, agregados ou escravos. Pode ser ainda que tenham ocorrido várias reconstruções adaptadas a cada nova ocupação. São necessários estudos arqueológicos, com escavações e/ou sondagens, para se chegar a respostas mais consistentes para todas as indagações hipóteses que se formulam no estágio atual da pesquisa.

REREFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRIA, S.S.; LOPES, W.G.R. *A tradição de construir com terra no semiárido piauiense. In: Sustentabilidade do semiárido*. Teresina: EDUFPI, 2009.

ANÔNIMO. Roteiro do Maranhão a Goyas pela Capitania do Piauhi. In: *O Patriota*. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1814. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br>. Acesso: 03/03/2013.

APOLINÁRIO, J.R. *Os Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão* – Políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás, atual Estado do Tocantins, século XVIII. Goiânia: Kelps, 2006.

ASSIS, N.P.D. *Sítio Arqueológico Brejo de São João: Um Estudo de Caso Sobre a Companhia de Jesus no Piauí – Séc. XVIII* (Monografia) - UNIVASF, 2009.

ASSIS, N.P.D. *A Capitania de São José do Piauhy na racionalidade espacial pombalina.* 2012. Dissertação (Mestrado em História) - UFRN, 2012.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

CLARKE, D. *Arqueologia Analítica*. Barcelona: Bellaterra, 1977.

COSTA, L. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 09-103, 1941. Disponível em: <http:// http://bndigital.bn.br>. Acesso: 16/10/2012.

D'ALENCASTRE, J.M.P*. Memoria chronologica, historica e corographicada provincia do Piauhy [1855]. In: Revista do Instituto Historico e GeographicoBrazileiro*. Tomo XX. Rio de Janeiro, 1857. Disponível em: <http://books.google.com.br>. Acesso: 10/01/2013.

DEETZ, J. *In Small things forgotten*. New York : Anchor Books, 1977.

ENNES, E. *As Guerras nos Palmares*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

GALUCIO, H.A. *Mappa geografico da capitania do Piauhy*. 1760.

GASPAR, M.D. *História da Pesquisa Arqueológica no Brasil*. Rio de Janeiro: Akar, 2003.

GARDNER, G. *Viagens ao interior do Brasil:* principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

KNOX, M.B. *O Piauí na primeira metade do século XIX*. Teresina: Projeto

Petrônio Portella, 1986.

KNOX, M.B. *Escravos do Sertão - demografia, trabalho e relações sociais. Piauí, 1826-1888*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

KOSTER, H. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Massangana, 2002.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Lisboa, Rio de Janeiro: Portugália, Instituto Nacional do Livro, 1938.

LIMA JÚNIOR, A.B. *Viagens park end ride por motivo trabalho*: estudo de caso na cidade de São Paulo. 2007. Dissertação (Mestrado) São Paulo: USP, 2007.

MOTT, L.R.B. *Piauí Colonial – População, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

NEGREIROS, R.M.B. *As trilhas da Morte no Sertão das Pimenteiras-PI (1759-1815): Caracterização e Reconhecimento Arqueológico de um Território*. 2012. Dissertação (Mestrado) - Recife: UFPE, 2012.

NEIVA, A.; PENA, B. *Viagem cientifica: pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Ed. fac-sim. Brasília: Senado Federal, 1999.

NUNES, O. *Súmula de História do Piauí*. 2 ed. Academia Piauiense de Letras - Convênio com Banco do Nordeste. Teresina, 2001.

OLIVEIRA, A.S. *Catingueiros da Borracha: Vida de Maniçobeiro no Sudestedo Piauí 1900-1960.* 2001. Dissertação (Mestrado) - Recife: UFPE, 2001.

OLIVEIRA, A.S. *O Povoamento Colonial do Sudeste do Piauí: Indígenas e Colonizadores, Conflitos e Resistência.* 2007. Tese (Doutorado) - Recife: UFPE, 2007.

OLIVEIRA, A.M.V. *A Casa como Universo de Fronteira.* 2004. Dissertação (Mestrado) - Campinas: UNICAMP, 2004.

OLIVEIRA, A. P. *A casa rural no sudeste do Piauí: O sítio arqueológico histórico Casa do Avô do Sr. Nivaldo* (Monografia) - São Raimundo Nonato, 2009.

ORSER, C. Beneath the material surface of things: commodities, artifacts, and slave planta-tions. *Historical Archaeology*, 26:3, 95-103, 1992.

ORSER, C. *Introducción a la Arqueología Histórica*. Buenos Aires: Asociación Amigos del Instituto Nacional de Antropología, 2000.

PORTO, Carlos Eugenio. *Roteiro do Piauí.* Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

PRADO JÚNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. 16 ed. São Paulo: Brasiliense,1973.

RIBEIRO, N.P. *Técnicas construtivas nas alvenarias históricas no Brasil. In: BRAGA, Márcia (Org.). Conservação, Restauro e Arquitetura*. Rio de Janeiro: Pró- editores, 1998.

SAIA, L. *Morada paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

SCHWARZAMANN, J. *Geographische karte der provinz von São Iozé do Piauhý*. 1828. Disponível em: <http:// http://bndigital.bn.br>. Acesso: 10/01/2013.

SANTANA, T. M. C. *Guerra da telha:* Memória, História, Arqueologia e Patrimônio. 2010. (Monografia) - São Raimundo Nonato, 2010.

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado, Fundamentos Teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA FILHO, O.P. *Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí*. Belo Horizonte: Ed. do Autor (três volumes), 2007.

SYMANSKI, L. Grupos Domésticos, Comportamento de Consumo e Louças: O Caso do Solar Lopo Gonçalves. *Revista de História Regional*, América do Norte, 2007.

SPIX, J. B.; MARTIUS, C.F.P. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Vol. 2. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

VITRUVIO. *Da arquitetura*. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002.

ZARANKIN, A. *Paredes que domesticam:* arqueologia da arquitetura escolar capitalista. 2002. Tese (Doutorado) - São Paulo: UNICAMP, 2002.